TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano II – nº 17 – Dezembro de 2002

Aprovado orçamento 2003

Os deputados estaduais aprovaram, por unanimidade, o orçamento para 2003. O montante de R$ 7,73 bilhões será destinado a várias áreas, como, por exemplo, infra-estrutura (foto). O volume de recursos teve uma redução de 0,3% em relação ao ano passado, mas a Secretaria da Fazenda acredita no aumento da arrecadação para viabilizar mais investimentos.

Págs. 4 e 5



CARLOS OLIVEIRA

Leão do Norte premia deputados

Os deputados João Negromonte (PMDB), Sérgio Leite (PT) e Lula Cabral (PMDB) foram os vencedores do Troféu Leão do Norte.

Pág. 08

FERNANDO FERREIRA



Coral se apresenta dia 11

Integrado pelos servidores da Alepe, o Coral Vozes de Pernambuco é o primeiro do Legislativo estadual no Brasil. A estréia, com repertório estritamente pernambucano, será no dia 11

Pág. 08

FERNANDO FERREIRA



EDITORIAL

Ação conjunta na elaboração do orçamento 2003

Na elaboração e execução do orçamento, de responsabilidade do Poder Executivo, cabe ao Legislativo propor emendas, sugerir mudanças ou acréscimos, de forma a aperfeiçoar a proposta orçamentária e atender às reivindicações da maioria da população. Nessa tarefa, a Assembléia Legislativa examina as estimativas de receita e despesa, as metas e prioridades definidas pelo Governo, cumprindo a sua missão de propor alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

As sugestões do Legislativo e as tentativas de contemplar segmentos diversos nem sempre têm plena acolhida do Poder Executivo. É evidente que estão ligadas a interesses de parcelas expressivas da sociedade, de regiões ou microrregiões, mas tais condições por vezes implicam comprometimento de recursos além das expectativas de receita prevista.

Diante dessa realidade, ou por excesso de zelo e precaução do Executivo, surgem divergências acerca das prioridades previstas no orçamento, pois as emendas vetadas pelo Governo enfrentam, geralmente, reações dos autores. Tais fatos, contudo, não comprometem o ambiente de negociação, de busca de soluções, para que a Lei Orçamentária seja instrumento adequado ao esforço de promoção do desenvolvimento.

O orçamento baseia-se no equilíbrio das contas públicas e crescimento da economia

Exemplo disso é que a Lei de Diretrizes Orçamentária relativa ao exercício de 2003 constitui um avanço na política de modernização da proposta, de equilíbrio na previsão de receita e despesa. É um testemunho da busca de atender aos setores vitais ao desenvolvimento do Estado, bem como ampliar as linhas de ação para favorecer as regiões e as populações mais atingidas pela crise econômica.

Nesse sentido, houve um esforço de entendimento entre os poderes Executivo e Legislativo. As previsões sinalizam para uma gestão realista dos recursos públicos e efetivo atendimento das metas.

O processo de elaboração do orçamento comprova, portanto, a concepção moderna da técnica orçamentária, voltada para assegurar o equilíbrio das contas públicas e do processo de crescimento da economia. É prova também de que o Poder Legislativo exerce plenamente seu poder de legislar, de fiscalizar, de influir na definição de receita e despesa, garantindo a execução de metas e programas pelo Executivo.

ARTIGO

Agenda 21 e desenvolvimento

Bruno Rodrigues *

O Brasil e vários países do mundo assumiram o compromisso de elaborar e implantar a sua própria Agenda 21, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

A Agenda 21 Brasileira tem por finalidade avaliar os fatores e as potencialidades para instituir um modelo de desenvolvimento sustentável para o Brasil, determinando estratégias e linhas de ação partilhadas entre a sociedade civil e o setor público. Em nível local, o instrumento foi criado pelo Poder Executivo, atendendo a requerimento de nossa autoria. As discussões sobre a Agenda 21 Estadual tiveram início no ano de 1999, com a criação do Fórum Estadual da Agenda 21.

O grupo não tem fórmula determinada, a iniciativa deve partir das comunidades, através das associações de moradores de bairro, escolas, empresas e Governos estadual e municipal.

O Fórum Estadual da Agenda 2l discutiu com a sociedade o processo e andamento de um plano de ação estratégico, para formulação de políticas de desenvolvimento sustentável.

Já foram realizados, este ano, vários seminários em diversas regiões do Estado, com a participação de vários segmentos da sociedade, do

FERNANDO FERREIRA



Governo estadual, dos municípios, e o empresariado. Destacamos as Regiões das Matas Norte e Sul, Agreste Central, Meridional e Setentrional, Sertões do Pajeú, Moxotó, Central, Araripe, Itaparica e São Francisco, além da Região Metropolitana do Recife e Fernando de Noronha.

Gostaríamos de citar os principais temas da Agenda 21: cidades sustentáveis, gestão dos recursos naturais, combate à desertificação e convivência com a seca, redução das desigualdades sociais, infra-estrutura, economia sustentável.

As instituições coordenadoras da Agenda 21 de Pernambuco são as seguintes: Centro de Educação e Cultura dos Trabalhadores Rurais (Centru), Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (Fade), Fundação Apolônio Sales de Desenvolvimento Educacional (Fadurpe), Universidade Livre do Meio Ambiente (Unieco), Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (SECTMA).

---

* *Deputado estadual pelo PPB e presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Alepe*

FERNANDO FERREIRA



A exposição "Nova Berlim - A Arquitetura de uma Metrópole", apresentando a capital da Alemanha em nova e ousada configuração, foi aberta, no último dia l8, pelo cônsul-geral daquele país, Thomas Meister, e pelo presidente da Assembléia Legislativa, deputado Romário Dias (PFL). Promovida pelo chanceler federal alemão, a exposição retrata o trabalho feito depois da queda do Muro de Berlim em áreas que, durante 40 anos, ficavam em "terras de ninguém", em virtude da separação dos lados ocidental e oriental da antiga capital do III Reich. Os quadro mostram os principais projetos e avanços, numa visão geral da evolução histórica da cidade.

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Divisão de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Afonso Ferraz; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Antônio Mariano; **3º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Secretário**, Deputado Jorge Gomes. **Diretora do Departamento de Comunicação Social,** Christianne Alcântara Assessora-adjunta: Cláudia Lucena **Chefe da Divisão de Imprensa:** Marconi Glauco. **Editora:** Ana Lúcia Lins. **Redatores:Marconi Glauco,** Nagib Jorge Neto, Natália Tavares, Pedro Marins. **Estagiários:** Fernanda Rodrigues e Izabel Melo. **Revisão:** Cláudia Lucena e Marconi Glauco. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Fotógrafos:** Breno Laprovitera, Fernando Ferreira, Moisés Barbosa e Roberto Soares. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368/3221-9375. Fax 3221-9357. PABX 3217-2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

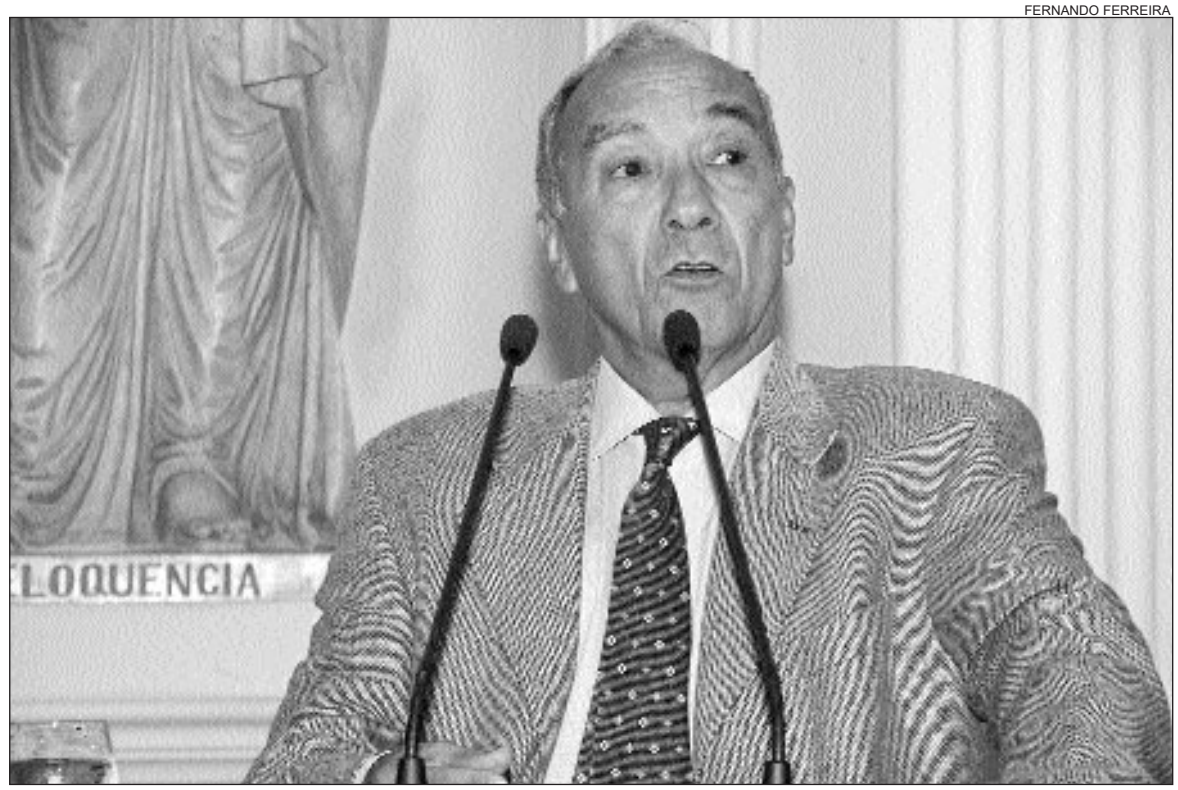
EVENTO

Seminário prepara nova legislatura

Enquanto milhares de alunos estão saindo de férias, este mês, os 49 deputados eleitos para a nova legislatura estarão fazendo o caminho inverso e voltando à sala de aula. É que a Assembléia Legislativa vai realizar um seminário, no próximo dia 11, no qual será abordado o funcionamento da Casa. O evento será realizado no auditório da Alepe, no prédio anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco, e será organizado pela Mesa Diretora e a Escola do Legislativo. A cerimônia de abertura, às 14h30, será feita pelo presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL).

Na ocasião, os 27 novos parlamentares serão apresentados aos diretores da Casa e aos deputados reeleitos. O grupo - incluindo os "veteranos" - assistirá a uma palestra do deputado Gilberto Marques Paulo (PSDB) sobre o novo Regimento Interno e o Código de Etica. A diretora do Departamento de Assistência Legislativa, Ana Olímpia, vai abordar o Trâmite Legislativo, e o diretor da Escola do Legislativo, Fabrício Guedes Alcoforado, vai expor aos parlamentares as atividades desenvolvidas pela instituição. O diretor-geral, Luiz Carlos Matos, explicará a estrutura funcional da Alepe.

FERNANDO FERREIRA



Gilberto Marques Paulo falará sobre o novo Regimento Interno e o Código de Ética

O deputado Gilberto Marques Paulo, que não disputou um novo mandato parlamentar, definiu como "uma iniciativa altamente salutar" a realização do seminário. "No meu primeiro mandato, senão fosse a minha formação jurídica, teria chegado aqui jejuno no tocante à dinâmica da Casa", esclareceu. Ele lamentou o fato de os projetos que reformulam o Regimento Interno e o que cria o Código de Ética ainda não terem sido votados em Plenário, o que irá impossibilitar que os parlamentares já conheçam a nova formalização normativa da Assembléia, durante o seminário. "O que vai acontecer é que os novos textos, se não forem aprovados, terão que ser revistos, quando de sua apreciação, o que implicará nova análise por parte dos deputados, apesar de já terem sido discutidos por mais de um ano", lamentou.

O encerramento do evento será feito pelo presidente Romário Dias (PFL). O primeiro-secretário, João Negromonte (PMDB), também falará aos novos e antigos parlamentares.

EXPECTATIVAS

Romário Dias (PFL) - atual presidente da Assembléia e deputado reeleito: "A idéia de realizar esse Seminário é louvável e já deveria ter acontecido em outras legislaturas. Muitos dos parlamentares que vêm exercer o primeiro mandato não conhecem bem o funcionamento da Assembléia e, às vezes, não são assessorados por servidores que têm a vivência e o conhecimento de todos os mecanismos do Poder Legislativo, em especial, das técnicas de elaboração de projetos de lei, requerimentos e indicações".



João Negromonte (PMDB) - atual primeiro-secretário e deputado reeleito: - "O seminário é uma forma de integrar os deputados, fazê-los conhecer como funciona a Assembléia e a estrutura organizacional da Casa e tirar possíveis dúvidas. Espero que todos participem para que não haja diferença entre os veteranos e os novos parlamentares."



Manoel Ferreira (PPB) - deputado reeleito: "Apesar de uma boa parte dos deputados já ter exercido outros cargos políticos, quando chegam à Assembléia vêem uma Casa completamente diferente das demais, com a grande responsabilidade de legislar sobre todas as questões estaduais. É importante que sejam explicados o Regimento Interno, a formação das bancadas, as comissões técnicas e o funcionamento da Casa em geral."



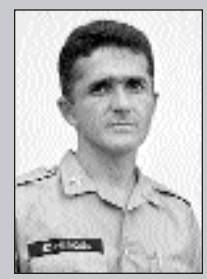
Dilma Lins (PL) - deputada eleita: "É uma iniciativa muito importante, principalmente para nós que vamos exercer o primeiro mandato. A oportunidade de ter esse contato com os deputados que já atuam na Assembléia vai possibilitar uma relevante troca de informações, de experiência. O ideal seria que o seminário durasse mais tempo, mas acredito que será suficiente para esclarecer as principais dúvidas."



Cleiton Collins (PSB) - deputado eleito: "Costumo dizer que ninguém nasceu sabendo, e esse seminário vai nos proporcionar uma oportunidade única de conhecer o funcionamento da Casa e tirar as principais dúvidas. Depois, com o tempo, vamos nos familiarizar com o dia-a-dia no Legislativo. Eu tenho viajado, ido a outras Assembléias, para conhecer o funcionamento de cada uma delas. É imprescindível conhecer, antecipadamente, a Casa onde vou atuar."



Moisés Filho (PL) - deputado eleito: "Acho muito positiva essa abertura inicial, da parte da Presidência da Assembléia, preocupada em colaborar com os novos parlamentares. É importante, durante o seminário, podermos dispor desse esclarecimento quanto ao funcionamento da Casa e às questões burocráticas, estando mais perto da realidade do Poder Legislativo".



FINANÇAS

Deputados aprovam orça

ROBERTO SOARES



A Comissão de Finanças da Alepe avaliou positivamente o aproveitamento das emendas

Depois de cumprir rigorosamente um cronograma de apresentação de emendas, análise de propostas e discussão na Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, a Assembléia Legislativa de Pernambuco aprovou um orçamento da ordem de R$ 7,73 bilhões para o próximo ano. Em relação a 2002, a fixação de despesas e receitas foi reduzida em 0,3%.

A explicação para essa redução, segundo avaliam os técnicos da Comissão de Finanças, é o fim dos recursos da Celpe. Mas, com expectativa de reverter a situação, a Secretaria Estadual da Fazenda espera um crescimento de 7,3% na arrecadação. Se a estimativa for confimada, vai compensar a ausência das verbas da privatização da companhia energética, que eram o maior ativo do Estado.

As despesas na área social - que corresponde às funções educação, cultura, habitação, urbanismo, saúde, saneamento, trabalho, assistência e previdência - representam 42,4% do orçamento global. Estão previstos investimentos da ordem de R$ 3,2 bilhões. De acordo com o demonstrativo de despesa por setor, educação é o que tem maior participação na previsão para 2003. São R$ 929,3 milhões, o que representa 12% em relação ao total.

A julgar pelo orçamento, as áreas de saúde e segurança são as duas outras principais preocupações do Executivo. Cada uma deve contar com um investimento de cerca de R$ 730 milhões. Infra-estrutura vem logo em se-

Foram apresentadas 883 emendas

Infra-estrutura, produção rural, educação, recursos hídricos e saúde foram, nessa ordem, as áreas de maior preocupação dos parlamentares para o orçamento-2003. A Assembléia Legislativa de Pernambuco apresentou 883 emendas à proposta enviada pelo Poder Executivo para o próximo ano. Dessas, 547 foram aprovadas na íntegra; 109, com alteração; e 227 foram rejeitadas por não estarem de acordo com a legislação orçamentária vigente.

Um total de 187 emendas apresentadas favoreceu a área de infra-estrutura, 175 foram para produção rural, educação foi alvo de 93 emendas, 57 foram para recursos hídricos e 43, saúde. Se for realizada uma comparação com as emendas do Legislativo para o orçamento de 2002, vai se constatar que as áreas de preocupação são as mesmas, sendo que educação e recursos hídricos foram alvos de um maior número de emendas do que havia ocorrido no orçamento atual.

Uma das preocupações dos deputados estaduais, responsáveis pela avaliação do orçamento, foi ajustar corretamente os recursos disponíveis às propostas. Segundo o presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação deputado Geraldo Coelho (PFL), eles tiveram o cuidado de não prejudicar determinada área para favorecer outra. De acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA), os recursos não podem ser remanejados das áreas referentes aos gastos com pessoal, juros da dívida pública e municípios, restando, apenas, custeio e investimentos, as únicas que permitem alterações.

As áreas de infra-estrutura e produção rural receberam mais emendas

O orçamento é um dos assuntos mais polêmicos, sendo avaliado exclusivamente pela Comissão de Fianças da Assembléia.

O deputado Geraldo Coelho elogiou a dedicação dos parlamentares na avaliação das emendas. "Devemos destacar a eficiência do trabalho dos deputados, que não deixaram nenhuma emenda sem ser discutida", ressaltou. Segundo ele, as emendas apresentadas foram muito criativas, evitando a centralização dos investimentos.



O orçamento, com uma redução de 0,3% em relação ao ano passad

mento de R$ 7,73 bilhões

guida, com um montante de R$ 461,4 milhões previstos, com uma participação no orçamento de 5,97%.

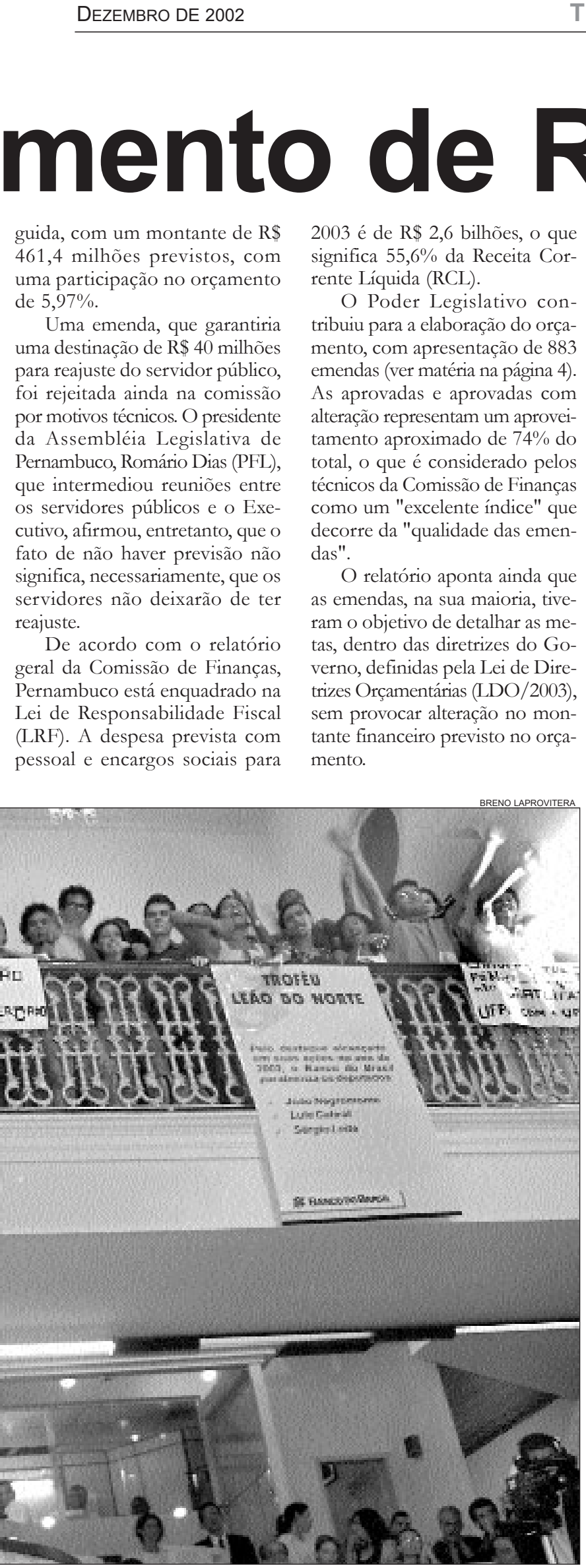
Uma emenda, que garantiria uma destinação de R$ 40 milhões para reajuste do servidor público, foi rejeitada ainda na comissão por motivos técnicos. O presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, Romário Dias (PFL), que intermediou reuniões entre os servidores públicos e o Executivo, afirmou, entretanto, que o fato de não haver previsão não significa, necessariamente, que os servidores não deixarão de ter reajuste.

De acordo com o relatório geral da Comissão de Finanças, Pernambuco está enquadrado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A despesa prevista com pessoal e encargos sociais para 2003 é de R$ 2,6 bilhões, o que significa 55,6% da Receita Corrente Líquida (RCL).

O Poder Legislativo contribuiu para a elaboração do orçamento, com apresentação de 883 emendas (ver matéria na página 4). As aprovadas e aprovadas com alteração representam um aproveitamento aproximado de 74% do total, o que é considerado pelos técnicos da Comissão de Finanças como um "excelente índice" que decorre da "qualidade das emendas".

O relatório aponta ainda que as emendas, na sua maioria, tiveram o objetivo de detalhar as metas, dentro das diretrizes do Governo, definidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2003), sem provocar alteração no montante financeiro previsto no orçamento.

BRENO LAPROVITERA



, foi aprovado por unanimidade no Plenário da Alepe

Coelho: "Nosso papel é vigiar a aplicação dos recursos"

O presidente da Comissão de Finanças destaca, a seguir, os critérios na apreciação do orçamento.

Tribuna Parlamentar- Qual a importância do Poder Legislativo e da Comissão de Finanças na elaboração do orçamento estadual?

Geraldo Coelho - Tudo o que diz respeito às finanças do Estado passa exclusivamente pela Comissão de Finanças, assim como a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual e o orçamento do Estado. Então, ela tem que ser muito competente e criteriosa para analisar com muito detalhe tudo aquilo que diga respeito à receita e despesa do Estado. É uma comissão desejada por muita gente. Isso porque todos querem saber para onde vão os recursos do Estado, onde há possibilidade de desenvolvimento de determinada região.

TB - É na elaboração do orçamento que o Legislativo revela, com maior grau de independência, sua contribuição para com o desenvolvimento do Estado?

Coelho - O Executivo, realmente, é o dono das finanças do Estado. Nós não podemos, como deputados, fazer nenhuma lei, nenhuma proposta que implique investimento, cabendo apenas àquele Poder. O papel dos parlamentares é vigiar onde esses recursos são aplicados. Cada Poder busca, dentro do orçamento geral do Estado, ter o seu orçamento garantido para vibiabilizar a execução das ações durante o ano, inclusive do funcionalismo. Já o Executivo é liberado, ele é quem sabe se arrecada mais ou menos, qual a disponibilidade de recursos, os convênios a fazer. A partir daí, identifica as pontes de investimento e custeio do Estado.

TB - O Legislativo tem avançado no sentido de tornar o orçamento obrigatório e, não apenas, autorizativo?

Coelho - Toda a nossa discussão tem sido nessa direção. Não só a nossa, mas o próprio Governo também tem procurado observar com mais rigidez o orçamento. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi a melhor coisa implantada neste País. Partindo de uma decisão de ordem federal, hoje obriga Estados, municípios e a União a serem altamente rigorosos na aplicação dos recursos, evitando que a despesa seja maior que a receita. Acabou a história de gastar e deixar o rombo para o outro, tudo tem que ser bem conduzido, e a Comissão de Finanças deve vigiar muito.

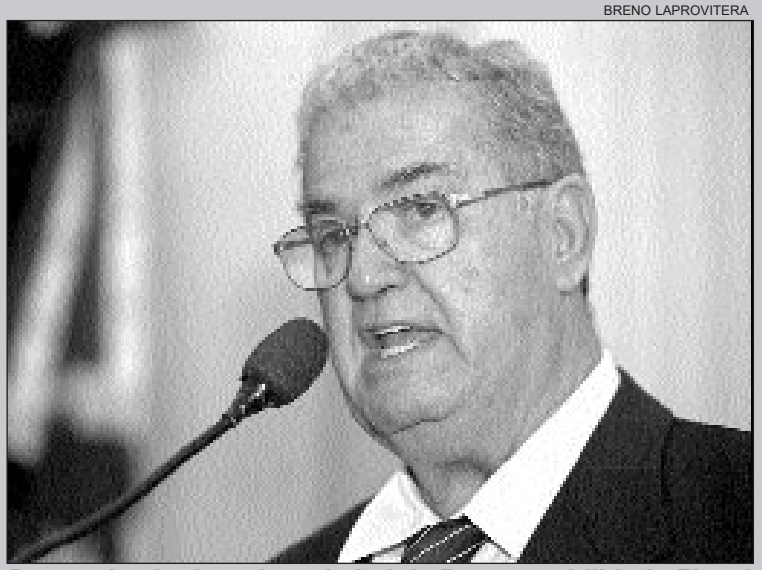
TB - Quais foram os critérios usados pelos deputados para remanejar os recursos dos convênios, já que eles não são uma garantia?

Coelho - Os recursos definidos como de convênios devem ficar disponíveis porque é uma forma de fazer o Governo Estadual buscar financiamento. Seja com o Governo Federal ou internacionalmente. O fato é que nós temos que respeitar a proposta do Governo para que ele possa viabilizar o Estado como um todo. O convênio é uma perspectiva para o Governo buscar o dinheiro.

TB - Representantes da sociedade civil e sindicalistas participaram efetivamente das discussões sobre o orçamento-2003 na Comissão de Finanças. Como o senhor avalia esse comportamento?

Coelho - Nós sempre tivemos discusões abertas. Quando realizamos audiências públicas ou reuniões de comissão, é livre a presença de entidades, sindicatos, associações, qualquer cidadão pode ouvir e participar das audiências.

BRENO LAPROVITERA



Deputado elogia o rigor da Lei de Responsabilidade Fiscal

INTERNO

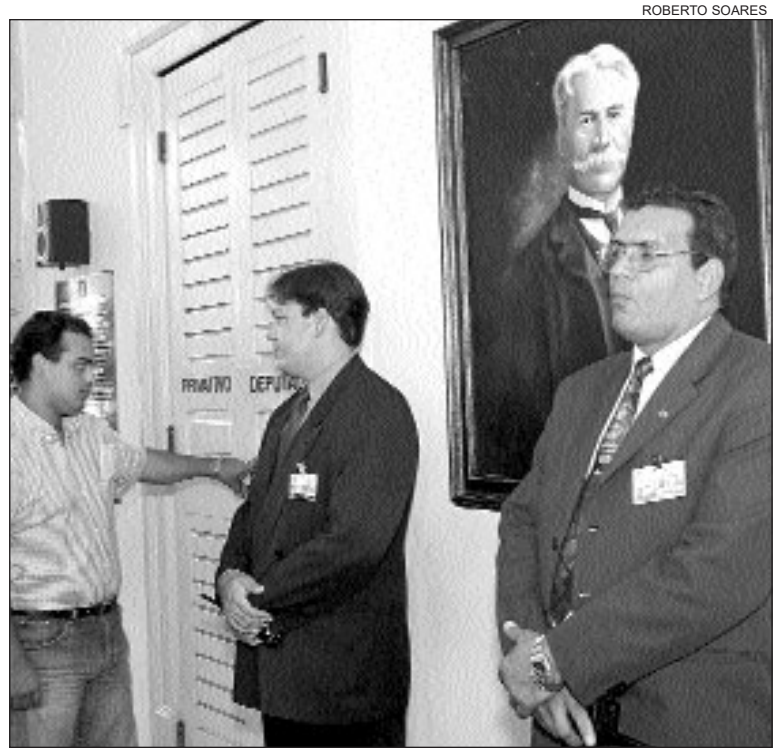
Setor garante segurança da Alepe

O item segurança é, hoje, considerado muito importante, tanto nas empresas públicas quanto nas grandes corporações internacionais. Dentro dessa dinâmica, a Assembléia Legislativa também dispõe de um grupo de homens cuja responsabilidade é manter, de forma discreta, a ordem e a disciplina dentro da Casa. Além da atuação ostensiva, eles têm, ainda, a missão de participar dos inquéritos que são abertos para apuração de delitos ocorridos internamente na Alepe.

O chefe da Seção de Vigilância, Severino Silvestre de Moura, destaca a importância do trabalho, dizendo: "Nenhum dos 49 deputados demonstrou, até agora, qualquer insatisfação com nossas atividades".

Quem entra no Plenário da Alepe observa a movimentação do pessoal da segurança. Dos 18 homens que compõem o grupo, 12 são da chamada "velha-guarda" e seis são oriundos do concurso público, realizado em 1998. Enquanto os mais antigos receberam treinamento na Academia de Polícia Civil, os mais recentes (concursados) tiveram formação de agentes de segurança pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e participaram de um curso sobre Segurança de Autoridades e Direção Defensiva, através da Escola do Legislativo.

ROBERTO SOARES



A segurança do Plenário e de solenidades também estão na pauta

HISTÓRIA - A Guarda de Segurança da Assembléia foi criada pela Resolução 838, ainda nos anos 60, com a denominação de Diretoria de Segurança. Em 1991, foi emitida a Resolução Interna 156, que regulamentou os serviços de polícia interna da Alepe, constituídos da Guarda de Segurança e da Assistência Policial Militar. Finalmente, em 1994, a Lei nº 11.034 modificou a nomenclatura de Guarda de Segurança para Agente de Segurança.

Dezoito agentes de segurança são responsáveis pelo trabalho

O dia-a-dia dos agentes de segurança começa com uma reunião do grupo ou com a cobertura a algum setor da Alepe que esteja precisando de seus serviços. Também são agendados trabalhos especiais, como solenidades com a presença de público, em parceria com o Departamento de Cerimonial.

Nas instalações da Alepe, sobretudo no prédio principal, o cuidado é grande na observação de pessoas ou objetos suspeitos. É complicado também lidar com eleitores que querem falar com os deputados de qualquer maneira. Educadamente, os agentes controlam a situação.

Vale destacar que, quando os parlamentares se deslocam em grupos, principalmente para o interior, os agentes fazem a cobertura, mantendo uma segurança discreta. Ultimamente, o setor tem feito intercâmbio com grupos afins do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Paraíba, numa troca de informações e novas técnicas sobre desenvolvimento das ações de segurança preventiva.

PERSONAGENS DA ALEPE

Valcanti luta pela conservação do acervo artístico

Parte do acervo de arte que a Alepe possui hoje já esteve a ponto de se perder em depósitos da Casa. O assistente administrativo Amaro Alves Cavalcanti, inconformado com o abandono das obras, trabalhou durante dois anos na recuperação de quadros e móveis históricos. Hoje, o artista plástico Valcanti - é assim que Amaro é conhecido - sente-se gratificado por ter contribuído para a preservação de um pouco da história da Assembléia Legislativa.

"Eu via que as obras estavam deterioradas, abandonadas, e não podia concordar com aquilo", afirma o funcionário-artista, que trabalha há 28 anos na Alepe. Valcanti ingressou por concurso, em 1974, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais. Hoje, exerce o cargo de Assistente Administrativo na Seção de Encadernação.

Na época da restauração das obras (1987), foi criada a Divisão do Patrimônio Histórico e Preservação do Acervo Cultural. Em 99, a divisão foi incorporada pelo Arquivo. "Acredito que o acervo da Assembléia poderia crescer, transformando a Casa numa galeria de arte. Mas, para isso, é preciso que exista em setor específico que cuide desse acervo",diz Valcanti.

Valcanti começou a desenhar em 76. Um ano depois, a Alepe promoveu uma exposição com 25 desenhos do artista. Todos foram adquiridos. Foi só o começo. Suas obras circularam por todos os salões de arte do Estado e foram reconhecidas, recebendo vários prêmios.

Hoje, Valcanti continua produzindo, e muito. Em 2003, ele está com uma exposição programada na Califórnia (EUA) e acaba de vencer o Cultura Pernambucana, concurso promovido pela Alepe, em três categorias - Pintura, Arte no Computador e Desenho. No entanto, como previa o regulamento, teve que optar por apenas uma delas, a Pintura.

Dominando várias técnicas nas artes plásticas, Valcanti não gosta de rótulos, mas se diz expressionista. "Gosto de pintar pessoas. Exploro muito o sentimento humano", afirma. Apesar dos "desencantos", ele reconhece que "sem a Assembléia Legislativa, eu talvez nem fosse um artista".

MOISÉS BARBOSA



Artista restaurou quadros de ex-presidentes da Assembléia

QUALIDADE

Escola do Legislativo recebe ISO 9002

FERNANDO FERREIRA



A solenidade de Certificação da Qualidade contou com discursos emocionados e homenagens

Em mais uma iniciativa na busca da qualidade dos serviços prestados pela Assembléia, um outro setor da Casa obteve a Certificação ISO 9002. Em cerimônia presidida pelo deputado Romário Dias (PFL), no dia 20 de novembro, a Escola do Legislativo recebeu o Certificado ISO 9002/94. A escola é a primeira, entre as oito existentes no País a receber o documento.

Romário Dias lembrou os números e a trajetória da escola, que disponibilizou, somente este ano, 1.500 vagas nos cursos de capacitação para servidores e deputados. "Esta Casa tinha uma grande lacuna na área de capacitação, e a escola veio preencher esse espaço", constatou.

O certificado foi entregue pelo representante da ABS Quality Evaluation, empresa responsável pela certificação, André Luiz Carvalho, ao deputado Gilberto Marques Paulo (PSDB), idealizador da instituição, e a Fabrício Alcoforado, diretor da escola. "Essa certificação é o coroamento de um trabalho de equipe", afirmou Alcoforado. Segundo ele, o próximo passo da instituição será credenciar-se para receber o ISO 9001, no próximo ano.

Durante a cerimônia, o deputado Gilberto Marques Paulo foi homenageado com uma placa de agradecimento pelos serviços prestados à Casa. Ele relembrou a criação da escola e agradeceu o apoio do presidente e da Mesa Diretora. "Essa história começou no Carl Vinson Institute of Government, na Geórgia (EUA), onde fui, com um grupo de parlamentares, conhecer a experiência de um país de Primeiro Mundo. A partir desses conhecimentos, criamos a escola", ressaltou.

Para a responsável técnica pela implantação do Sistema de Gestão e Qualidade da Alepe, professora Fátima Resende, "toda a sociedade será beneficiada através do acesso a um serviço com qualidade de Primeiro Mundo". "Essa certificação é de suma importância, pois vai promover os serviços padronizados, o controle do processo acadêmico e outros itens de relevância", observou, acrescentando que o certificado vale três anos.

AUDITORIA - Os três setores da Assembléia Legislativa que receberam a Certificação ISO 9002/94, em abril deste ano, passaram, em novembro, pela primeira auditoria de manutenção e avaliação. A Diretoria Geral e os Departamentos de Assistência Administrativa e de Patrimônio receberam a aprovação em todos os quesitos avaliados pela auditora Carolina Nunes, da ABS Quality Evaluation, e pelos integrantes do Núcleo de Qualidade, Cynthia Barreto, João de Sousa Barros e Sandra Resende.

INTERNET

Site resgata história da Casa

A Assembléia Legislativa acaba de lançar a coleção Perfil Parlamentar - Século XX e o livro Presença Feminina em versões para a Internet, através da Biblioteca Virtual. O objetivo da iniciativa é resgatar a história do Legislativo e ampliar a aproximação com a sociedade.

"Esses trabalhos não poderiam ficar restritos às edições dos livros, que foram distribuídos para escolas, bibliotecas, entre outras instituições. Tínhamos que aproveitar os recursos da informática e disponibilizá-los para facilitar o acesso a toda a população", destacou o presidente da Alepe, Romário Dias (PFL).

Foram editados 460 links, 234 fotografias e 26 gravuras

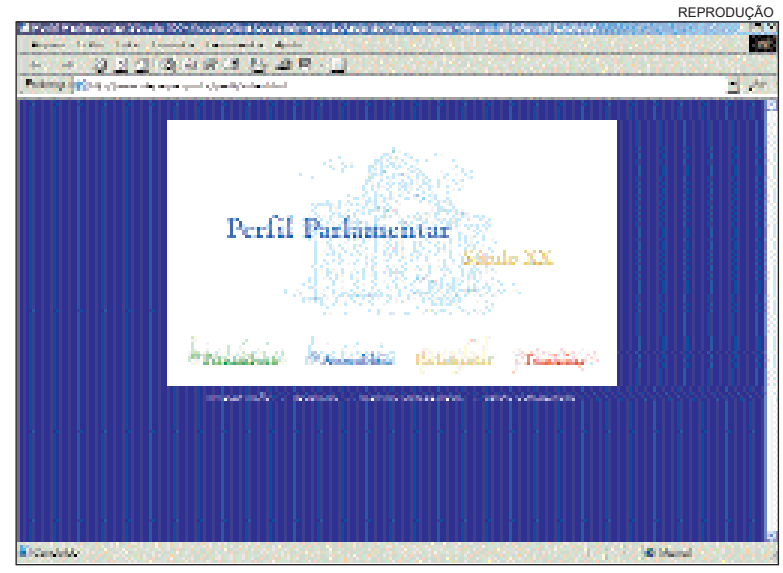
As versões integrais dos livros para a Internet estão disponíveis no endereço **www.alepe.pe.gov.br**, clicando no link Perfil Parlamentar - Século XX. O trabalho foi realizado após o convênio firmado entre a Alepe e a Fundação Gilberto Freyre. "Além dos textos originais dos livros, foram acrescentados materiais iconográficos e recursos de áudio e vídeo para facilitar as pesquisas", destacou a jornalista Lêda Rivas, coordenadora de texto do projeto. Ela salientou que foram editados 460 links com notas explicativas, 234 fotografias e 26 gravuras.

Durante o lançamento da Biblioteca Virtual, foram exibidas imagens que contam parte da história parlamentar do século XX, com narração de Lêda Rivas e performance do ator e teatrólogo Rubens Rocha Filho.

No texto, foram destacados os principais fatos que marcaram a trajetória dos deputados homenageados e os desafios para o desenvolvimento de Pernambuco.

A presidente da Fundação Gilberto Freyre, Sônia Pimentel, ressaltou a iniciativa da Alepe em ampliar o acesso do público aos livros e disse que a fundação estava cumprindo mais uma etapa "da sua missão de trabalhar pelo fortalecimento da cultura". Diante das referências positivas à Biblioteca Virtual, o presidente Romário Dias concluiu: "Não é a Assembléia que está de parabéns, mas o Estado de Pernambuco".

REPRODUÇÃO



O endereço eletrônico é www.alepe.pe.gov.br

PRÊMIO

Deputados recebem Leão do Norte

Em reunião solene, realizada no último dia 28 de novembro, a Assembléia Legislativa entregou a 32ª edição do Prêmio Banco do Brasil/Troféu Leão do Norte aos parlamentares destacados pela contribuição ao desenvolvimento de Pernambuco em 2002. Na área da Cultura, o vencedor foi o primeiro-secretário da Alepe, deputado João Negromonte (PMDB); em Economia e Administração, o ganhador foi o presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática, deputado Sérgio Leite (PT); e, em Educação, o primeiro lugar ficou com o presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, deputado Lula Cabral (PMDB).

BRENO LAPROVITERA



Negromonte (e), Leite e Cabral foram os vencedores da 32ª edição do troféu

Com ampla experiência nos Poderes Executivo e Legislativo, Negromonte recebeu o Leão do Norte como uma prova do reconhecimento de sua atuação parlamentar. "É uma demonstração de que, na realidade, eu tenho cumprido com o meu mandato e isso honra qualquer pessoa. Fico muito satisfeito e orgulhoso", destacou. Entre as ações do primeiro-secretário que justificaram o título, destacam-se o lançamento do "Guia de Cidadania Plena" às pessoas portadoras de deficiência, um projeto de lei que disciplina o arquivamento das obras de arte em bibliotecas, além da criação do Coral Vozes de Pernambuco e do Concurso Cultura Pernambucana, que premia servidores.

Por sua vez, o deputado Sérgio Leite destacou que "a escolha reconhece o conjunto do nosso desempenho apresentando projetos, promovendo audiências públicas, transformando projetos em leis, contribuições para o debate e a fiscalização das questões econômicas e administrativas de Pernambuco".

A idéia de uma audiência pública, que gerou um projeto de lei do Executivo para reduzir a alíquota do ICMS de 17% para 1% nas compras de programas de computador, e um projeto de lei que regulamenta a troca dos medicamentos vencidos foram os destaques da atuação do parlamentar petista.

No seu primeiro mandato como deputado, o administrador e empresário Lula Cabral conseguiu um feito inédito na história da Alepe: sagrou-se "tricampeão" do Prêmio Leão do Norte, em três categorias distintas. Em 1999, ganhou no campo da Cultura. Já em 2001, recebeu o troféu na área de Economia e Administração. Este ano, Cabral ganhou pela colaboração para o crescimento e fortalecimento do setor da Educação, sendo destaque a sua preocupação com a qualidade das escolas e do ensino. "É muito gratificante fechar meu primeiro mandato com esses resultados", afirmou.

CULTURA

Coral estréia na entrega do Prêmio Cultural

Um evento cultural movimentará a Assembléia Legislativa, no próximo dia 11, quando acontecerá a premiação dos ganhadores do Concurso Cultura Pernambucana e a primeira apresentação do coral da Casa, Vozes de Pernambuco, que é o primeiro entre os Legislativos estaduais.

O prêmio teve cerca de 30 trabalhos inscritos nas seis categorias (Pintura, Desenho, Conto, Poesia, Mídias Contemporâneas e Gravura), que passaram por uma comissão julgadora, formada por profissionais da áreas, até chegarem à final do concurso. Eles concorreram a R$ 1,5 mil em prêmios.

O Concurso Cultura Pernambucana foi uma homenagem a personalidades de Pernambuco: Osman Lins, Austro Costa, Lula Cardoso Ayres, Ladjane Bandeira, Gastão de Holanda e Hélio Feijó. Seis servidores saíram vitoriosos: José Carlos Farias Leal, na categoria conto; Andréa Farias Pessoa, com a melhor poesia; Ana Paula Novaes, com Mídias Contemporâneas; a melhor pintura ficou com Amaro Cavalcanti e a gravura com Sirtênia Alves; já o prêmio em desenho foi para Iandy Medeiros.

"Há 17 anos faço poesias, e essa, intitulada de Únicos, estava na gaveta há anos. Esse prêmio vai servir como estímulo", disse Andréa Pessoa. O vencedor na categoria desenho, Iandy Medeiros, considera o Prêmio Cultural um "revelador de talentos".

CORAL - Depois de três meses de ensaios, os 47 cantores selecionados para representar a Alepe no Vozes de Pernambuco sairão do auditório do edifício anexo para apresentação no Plenário da Casa, sob a regência do maestro José Beltrão Júnior.

FERNANDO FERREIRA



Os coralistas vão cantar músicas pernambucanas

De acordo com ele, a escolha das músicas aconteceu em função da afinação, do ritmo e percepção musical dos alunos. "O maracatu é muito difícil, mas é importantíssimo que seja cantado", disse. O repertório varia desde o Rei do Baião, Luiz Gonzaga, até o poeta Carlos Pena Filho. Toada sertaneja, ciranda, baião, frevo e outras canções serão alguns dos ritmos cantados pelos coralistas.

Para o chefe da Seção de Som, Hildebrando Marques, um dos baixos do Vozes de Pernambuco, a iniciativa de formar um coral na Assembléia foi um sucesso. "Eu já tinha experiência com instrumentos, mas aqui posso aprender partituras e música, além de desenvolver meu potencial", observa. Já o tenor, Venceslau Pinheiro, do Departamento de Segurança, tinha experiência adquirida no coral dos Correios. " A técnica utilizada pelo maestro é boa e estimula os participantes", diz o tenor.